

CARTA DE BELÉM

Amazon Energy 2026

Reunidos em Belém do Pará, nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2026, durante a 2ª edição do Amazon Energy, representantes dos governos federal, estaduais e municipais, da indústria de petróleo, gás e mineração, empresas fornecedoras, universidades, centros de pesquisa, entidades empresariais, trabalhadores e instituições da sociedade civil reafirmam que a Margem Equatorial Brasileira representa uma das mais importantes fronteiras estratégicas para a segurança energética, a soberania nacional e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil nas próximas décadas.

Reafirmam, ainda, que essa nova fronteira energética possui papel estratégico para a transição energética do país e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, devendo a exploração responsável de petróleo e gás ocorrer em consonância com elevados padrões ambientais, sociais e de governança, contribuindo para viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono, fortalecer a matriz energética brasileira e garantir investimentos em ciência, tecnologia, inovação e energias renováveis, consolidando uma trajetória de crescimento sustentável e maior competitividade para o Brasil.

Nesse contexto, a exploração responsável da Margem Equatorial representa uma oportunidade histórica para impulsionar o desenvolvimento sustentável do Norte e Nordeste, ampliar investimentos em infraestrutura, educação e saúde, gerar empregos qualificados, fortalecer a indústria nacional e dinamizar as cadeias produtivas regionais. Os participantes destacam, em especial, o potencial transformador dessa atividade para o Estado do Pará e para os municípios do Arquipélago do Marajó, que concentram alguns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país.

Royalties, participações governamentais e novos investimentos poderão constituir instrumentos estruturantes para reduzir desigualdades históricas de pobreza, promover inclusão social, desenvolvimento territorial e melhorar a qualidade de vida da população amazônica. A disponibilidade de energia permanece como um dos principais vetores do desenvolvimento econômico e humano, enquanto a matriz energética brasileira continuará sendo uma das mais renováveis do mundo, mantendo, entretanto, papel relevante para o petróleo e o gás natural na transição energética.

Os participantes manifestam profunda preocupação com o longo período de insegurança regulatória enfrentado pela exploração de petróleo na Margem Equatorial. Há mais de doze anos, processos de licenciamento ambiental referentes às bacias da Foz do Amazonas e Pará-Maranhão vêm sofrendo sucessivos atrasos, ocasionando a desistência de empresas operadoras, perda de investimentos bilionários, aumento dos custos operacionais e redução da competitividade brasileira na atração de capital exploratório.

Ressaltam que a exploração responsável da Margem Equatorial não se contrapõe à transição energética. Ao contrário, representa uma oportunidade para fortalecer a segurança energética nacional e gerar os recursos, as capacidades tecnológicas e os investimentos necessários para acelerar a transição brasileira rumo a uma economia de baixo carbono, conciliando desenvolvimento econômico, proteção ambiental e inclusão social.

Reconhece-se o esforço técnico atualmente empreendido na perfuração do poço Morpho, porém ressalta-se que a continuidade da campanha exploratória depende da autorização tempestiva de novos poços pelo IBAMA. A ausência dessas autorizações poderá provocar a desmobilização de embarcações, sondas, bases logísticas, fornecedores e profissionais especializados, interrompendo uma cadeia produtiva que já começa a se estruturar na região. Da mesma forma, considera-se indispensável que o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia, a ANP e os demais

órgãos competentes estabeleçam, com urgência, as condições necessárias para que novos blocos exploratórios da Margem Equatorial voltem a integrar a Oferta Permanente da ANP em 2027, pois o leilão que será realizado em outubro/2026 será marcado pela ausência completa de blocos dessa nova fronteira petrolífera, comprometendo a reposição de reservas, a segurança energética brasileira e o planejamento de longo prazo da indústria. A Petrobras, inclusive, prevê investimentos expressivos em exploração, com destaque para a Margem Equatorial como área prioritária para reposição de reservas e perfuração de novos poços entre 2026 e 2030.

Como resultado dos debates realizados durante o Amazon Energy 2026, os participantes apresentam as seguintes prioridades estratégicas para transformar a Margem Equatorial em um polo internacional de desenvolvimento sustentável, inovação e competitividade:

1. Garantir segurança jurídica, regulatória e ambiental, assegurando maior previsibilidade aos processos de licenciamento, sem prejuízo do rigor técnico e da proteção ambiental.
2. Assegurar a continuidade das campanhas exploratórias, mediante autorização tempestiva dos novos poços necessários à avaliação do potencial petrolífero das bacias da Foz do Amazonas e Pará-Maranhão.
3. Viabilizar o retorno imediato dos blocos da Margem Equatorial à Oferta Permanente da ANP, garantindo a continuidade da exploração dessa nova fronteira energética.
4. Estruturar uma Política Nacional de Desenvolvimento da Margem Equatorial, integrando energia, infraestrutura, logística, desenvolvimento industrial, ciência, tecnologia, inovação, defesa e desenvolvimento regional.
5. Fortalecer a cadeia regional de fornecedores, promovendo programas permanentes de qualificação empresarial, certificação, financiamento, acesso ao mercado e desenvolvimento do conteúdo local, aproveitando o elevado volume de investimentos previstos pela Petrobras para os próximos anos.
6. Expandir investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, fortalecendo universidades, institutos tecnológicos, startups e empresas locais por meio de programas cooperativos, aproveitando o ecossistema de inovação já estruturado pela Petrobras e pelo CENPES, que mobiliza milhares de pesquisadores, centenas de desafios tecnológicos e investimentos bilionários em PD&I.
7. Consolidar polos tecnológicos da Amazônia, ampliando laboratórios, centros de pesquisa e programas de inovação voltados à geologia do futuro, tecnologias offshore, digitalização, inteligência artificial, monitoramento ambiental, descarbonização e novas energias.
8. Preparar a mão de obra regional, mediante programas de formação técnica, superior e profissional continuada, alinhados às demandas da indústria offshore, naval, portuária, logística, ambiental e de transformação industrial.
9. Estimular investimentos em infraestrutura logística, incluindo portos, aeroportos, rodovias, telecomunicações, energia elétrica, saneamento e bases de apoio offshore, aumentando a competitividade regional.
10. Promover o desenvolvimento territorial, garantindo que os benefícios econômicos da atividade alcancem efetivamente os municípios amazônicos, especialmente aqueles com menores indicadores sociais.

11. Fortalecer políticas de sustentabilidade, governança e inclusão, estimulando diversidade, segurança, direitos humanos, relacionamento transparente com fornecedores e adoção das melhores práticas ASG em toda a cadeia produtiva.

12. Estimular a integração entre petróleo, gás, mineração e transição energética, reconhecendo que a segurança energética, a descarbonização e o desenvolvimento econômico devem avançar de forma complementar. Defende-se a ampliação dos investimentos em energia solar, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), biocombustíveis, hidrogênio de baixo carbono, captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS), combustíveis sustentáveis e demais tecnologias de baixo carbono. Recomenda-se ainda a implementação de políticas públicas que promovam a verticalização da cadeia produtiva dos minerais estratégicos e terras raras presentes na Amazônia, agregando valor por meio da industrialização, beneficiamento mineral, produção de componentes, baterias, equipamentos para energias renováveis e novas tecnologias, fortalecendo a competitividade nacional, reduzindo a exportação de matérias-primas e consolidando o Brasil como protagonista da economia da transição energética.

13. Apoiar a criação e o fortalecimento de Fundos Soberanos Estaduais e Municipais, destinados à gestão responsável das futuras receitas provenientes de royalties, participações especiais e demais receitas decorrentes da exploração de petróleo, gás e outros recursos minerais, assegurando que esses recursos sejam aplicados de forma transparente, planejada e intergeracional em educação, ciência, tecnologia e inovação, infraestrutura, saúde, adaptação às mudanças climáticas, diversificação econômica, desenvolvimento regional e formação de capital humano, evitando a dependência fiscal e promovendo prosperidade sustentável para as futuras gerações.

14. Consolidar a união de esforços a partir da institucionalização de um Fórum Permanente da Margem Equatorial, reunindo União, Estados (principalmente Pará, Amapá e Maranhão), municípios, indústria, academia e sociedade civil para acompanhar a implementação das ações estratégicas e promover cooperação institucional contínua.

Os participantes do Amazon Energy 2026 reafirmam que a Amazônia brasileira deve ser protagonista de um novo ciclo de desenvolvimento baseado na inovação, na sustentabilidade, na inclusão social e na valorização de seus ativos naturais e humanos. A exploração responsável dos recursos da Margem Equatorial representa uma oportunidade única para fortalecer a soberania energética nacional, impulsionar a industrialização do Norte do Brasil, ampliar a competitividade da economia brasileira e construir um legado permanente de prosperidade para as atuais e futuras gerações.

Belém (PA), 1º de julho de 2026.

AMAZON ENERGY 2026

Pela Energia, Desenvolvimento, Inovação e Futuro Sustentável da Amazônia.